

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)
CURSO DE HISTÓRIA

PAULA SANTOS DA SILVA

**GASTONE LÚCIA CARVALHO BELTRÃO: UMA GUERRILHEIRA ALAGOANA
NA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)**

Maceió

2024

PAULA SANTOS DA SILVA

**GASTONE LÚCIA CARVALHO BELTRÃO: UMA GUERRILHEIRA ALAGOANA
NA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida.

Maceió
2024



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação & Artes
Curso de História

Declaração de Conclusão de Curso

Eu, Osvaldo Batista Acioly Maciel, Coordenador do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), declaro que o(a) aluno(a) Paula Santos da Silva, CPF: 11972043420, matrícula 18112769, cumpriu todas as etapas e requisitos estabelecidos no currículo do curso, incluindo a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na forma de um artigo científico ou capítulo de livro, conforme o regulamento do curso.

Declaro, ainda, que o(a) aluno(a) foi aprovado(a) em todas as avaliações pertinentes e está apto(a) a concluir o curso, estando pendente apenas a formalização final de entrega do material ao Repositório Institucional, conforme as normas da instituição.

Esta declaração é emitida para fins de arquivamento no Repositório da Biblioteca Central da UFAL, atendendo à solicitação para cumprimento das exigências de conclusão de curso.

Maceió, 17 de outubro de 2024

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br OSVALDO BATISTA ACIOLY MACIEL
Data: 17/10/2024 15:23:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Oswaldo Batista Acioly Maciel
Coordenador do Curso de Licenciatura em História

Siape n.º 1336123

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que PAULA SANTOS DA SILVA é AUTORA do capítulo: **Gastone Lucia Beltrão: uma guerrilheira alagoana na Ação Libertadora Nacional (ALN)**. Esse capítulo faz parte da obra intitulada *Pacto de Silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* (Volume II Cultura, Narrativas e Trajetórias), de Anderson da Silva Almeida e Marcelo Góes Tavares (Org.), faz parte do acervo da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) e pode ser depositado no Repositório Institucional da Ufal (RIUfal).

Maceió, 21 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA LINS DE LIMA**
Data: 22/11/2024 15:08:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Lins de Lima
Coordenadora Editorial da Edufal

PACTO DE SILÊNCIO

O GOLPE DE 1964

A DITADURA E A TRANSIÇÃO EM ALAGOAS

Org. Anderson da Silva Almeida | Marcelo Góes Tavares



Volume II
Cultura, Narrativas e Trajetórias

 **Edufal**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial Edufal

Eraldo de Souza Ferraz - Presidente
Fernanda Lins de Lima - Secretária
Alex Souza Oliveira
Cícero Pércles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Elias André da Silva
Fellipe Ernesto Barros
José Ivamilson Silva Barbalho
José Márcio de Moraes Oliveira
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
Mário Jorge Jucá
Müller Ribeiro Andrade
Rafael André de Barros
Tobias Maia de Albuquerque Mariz
Walter Matias Lima

Núcleo de Conteúdo Editorial

Fernanda Lins de Lima - Coordenação
Roselito de Oliveira Santos Registros e catalogação

Conselho Científico da Edufal

César Picón - Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)
Gian Carlo de Melo Silva - Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
José Ignácio Cruz Orozco - Universidade de Valência - Espanha
Juan Manuel Fernández Soria - Universidade de Valência - Espanha
Junot Cornélio Matos - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Nanci Helena Rebouças Franco - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Patricia Delgado Granados - Universidade de Servilha-Espanha
Paulo Manuel Teixeira Marinho - Universidade do Porto - Portugal
Wilfredo Garcia Felipe - Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Projeto gráfico e Editoração eletrônica

JDMM

Capa

Matheus Freitas

Imagem da Capa

Vol. 2, Abdias Nascimento e Elisa Larki Nascimento na Serra da Barriga, Alagoas, 1983.

Fonte da Capa

Acervo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufal (Neabi) e da Assessoria de Comunicação da Ufal (Ascom).

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização (ABNT)

Fátima Caroline Pereira de Almeida Ribeiro

Catálogo na Fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos - CRB-4/1633

P121 Pacto de silêncio : o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.). - Maceió : Edufal, 2024. 339 p. (Cultura, narrativas e trajetórias, v. 2).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5624-292-7 E-book

1. Ditadura em Alagoas 2. História de Alagoas 3. Golpe de 1964. I. Almeida, Anderson da Silva, org. II. Tavares, Marcelo Góes, org.

CDU: 981(82)

CAPÍTULO 11

GASTONE LÚCIA BELTRÃO: UMA JOVEM GUERRILHEIRA ALAGOANA NA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

Paula Santos da Silva

Com a instalação do regime militar de 1964, o anticomunismo e o receio da força vinda das organizações de esquerda ganharam maior proporção e se solidificaram na sociedade brasileira. No que diz respeito à conjuntura que antecedeu à ditadura empresarial-militar no ano de 1963, nota-se como o sucesso da Revolução Cubana, em 1959, reacendeu o temor da extrema-direita ao comunismo. Também é possível considerar como o Estado socialista cubano influenciou diretamente a escolha pela luta armada entre jovens e experientes militantes das esquerdas no Brasil. A Revolução Cubana foi uma das influências internacionais às lutas revolucionárias e à juventude politizada dos anos 1960 nos países de predominância camponesa (Gorender, 1987, p. 76) e significou, para os países da América Latina, a conquista de um escalão de alternativa socialista.

Em primeiro lugar, ao nos referirmos à luta armada no Brasil, como afirma Gorender (1987), é possível relacioná-la aos antecedentes partidários ou doutrinários, às influências teóricas de origem nacional e internacional, às pressões de países socialistas, às limitações regionais, etc. Isso explica, por exemplo, a criação das diversas siglas nas esquerdas daqueles anos. No que diz respeito aos seus antecedentes, a Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu de um racha com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de seu dirigente Carlos Marighella.

Desde 1960, o PCB havia estabelecido, nas suas diretrizes, uma linha de ação centrada nas ações políticas de massa, recusando o foquismo e a luta armada, em que as organizações de luta armada, como a ALN, haviam se espe-



lhado (Partido Comunista Brasileiro, 2010). Foi com a ida de Marighella a Cuba, em junho de 1967, com o objetivo de participar do encontro da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que buscava apoiar países da América Latina com o intuito de exportar a revolução, que o Partido Comunista Brasileiro decidiu desligá-lo do seu quadro de militantes. Assim, Marighella havia mudado sua tática, em desconforto às teses do partido, criando a Ação Libertadora Nacional.

O pensamento do dirigente da ALN havia sofrido uma acentuada flexão direta com as teses cubanas da revolução, durante sua permanência na Ilha. Em consequência, firmou-se um acordo prático entre a ALN, seu fundador, Carlos Marighella, e a liderança cubana (Gorender, 1987). Essa influência também estaria relacionada ao foquismo, que, como afirma Denise Rollemberg (2001), era um assunto que estava em órbita com a definição do governo socialista cubano, mas que envolvia certa mística, uma vez que a teoria do foco cubano era propagada com o convencimento de que a Revolução Cubana teria sido vitoriosa a partir de um pequeno grupo de guerrilheiros que subverteram a ordem e reorientaram os rumos de Cuba. Dessa forma, a teoria do foco guerrilheiro ignorava a conjuntura e seus reflexos no processo revolucionário.

Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução, pouca ênfase foi dada à conjuntura (Rollemberg, 2001, p. 14).

Analisar essas contradições não nos serve para ajuizar os efeitos disso para o Brasil no contexto da ditadura militar, mas para que não vejamos os guerrilheiros e guerrilheiras, militantes de esquerda, homens e mulheres, sejam estes comunistas ou não, desse período, como fracassados. Pelo contrário. Para as famílias dos mortos e desaparecidos políticos, foram e são heroínas e heróis da resistência.. Resistiram em um tempo sombrio, cara a cara com os algozes da ditadura durante os 20 longos anos de comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas, se distanciaram de familiares, romperam com crenças ou tradições,



especialmente no caso das mulheres, e deixaram na história do Brasil o desejo incessante e intrépido da Revolução Brasileira.

Diante disso, é importante considerar que “contar a história envolve processos complexos sobre como homens e mulheres lidam com a realidade, com as ilusões, desejos, conflitos, poder e dominação” (Rollemberg, 2001, p. 15). Pensar dessa forma nos ajuda a considerá-los como sujeitos históricos fundamentais no processo de resistência e luta contra a ditadura brasileira, não somente pela derrubada do regime militar, como também por uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Considerando esse debate, neste capítulo, buscamos fortalecer a memória e a importância da resistência e das ações de luta durante o período da ditadura, tendo como foco e tema de estudo a atuação de uma importante personagem revolucionária da ALN: Gastone Lúcia Carvalho Beltrão.

A memória coletiva que circunda a história da ditadura é, ainda, influenciada pelos ditadores, apagando e silenciando muitos militantes que resistiram a esse período. Graças ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), conseguimos investigar as graves violações dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro, mas também conhecer militantes, principalmente mulheres, que fizeram parte da vanguarda e da resistência à ditadura. A partir dessa contribuição, é essencial que o historiador contribua com o debate, com análise e disputas de memórias sobre a ditadura no Brasil, trazendo para a sociedade brasileira, e para a história das mulheres, o protagonismo dessas trajetórias.

Para os algozes da ditadura, sempre haverá o desejo do esquecimento. Como afirma Godoy (2014), convencê-los a falar é difícil, porque não lembrar é a única garantia para a impunidade. Por isso, é papel fundamental do historiador investigar essas memórias e contribuir com uma historiografia que traga à luz as trajetórias militantes que ainda se encontram silenciadas.

A memória, quando analisada em qualquer ciência, pode evocar traços e problemas da memória histórica e da memória social (Le Goff, 2013). Disputar e analisar determinadas memórias é essencial para a construção da nossa identidade coletiva, uma vez que, historicamente, a memória coletiva sempre foi posta em jogo na luta de forças sociais pelo poder. Para Le Goff (2013, p. 368),



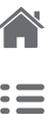
[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

A história não pode ser cúmplice, silenciando ou escondendo esses sujeitos, suas trajetórias de lutas e resistências contra o regime militar. É assim que muitas vivências se perdem e são silenciadas, fortalecendo a omissão dos que continuam impunes (Colling, 2004). Além disso, quando se trata das mulheres e da resistência na luta armada, pouco ainda se conhece sobre muitas trajetórias, questão que impulsiona a escrita deste texto para esta importante coletânea.

As mulheres são sujeitos que, ao longo da história, sempre contribuíram para as transformações sociais e políticas da sociedade, mesmo sob a égide do patriarcado e do capitalismo. Em razão disso, também nos atemos às disputas de memórias quando tratamos da trajetória de militância, pois esse é um debate essencial para a reconstrução dos fatos históricos, além de trazer para a discussão papéis fundamentais de resistência à ditadura. “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (Le Goff, 2013, p. 51). Por esse motivo, a intenção deste capítulo é contribuir com o conhecimento sobre a história e as memórias da militante alagoana Gastone Lúcia Beltrão.

Gastone Lúcia: uma guerrilheira da Ação Libertadora Nacional

Para além das influências internacionais às lutas revolucionárias e políticas, a década de 1960 também foi intensificada por debates culturais acerca do papel de gênero imposto, historicamente, às mulheres. Discussões como a estrutura familiar, o casamento, relações entre homens e mulheres e padrões de gênero também se encontravam no cerne dos debates. Assim, muitas mulheres foram inspiradas a romper com a criação cultural de papéis estabelecidos para homens e mulheres. E, diante da conjuntura da ditadura, a luta começou a ser além da disputa de gênero, mas também por mudanças sociais e políticas da



sociedade. Elas começaram a se organizar politicamente, transpondo o âmbito privado do lar. No contexto da ditadura empresarial-militar, a ALN se anunciava como uma alternativa, estimulando as mulheres a lutar ombro a ombro com militantes homens (Ribeiro, 2014).

É nesse cenário que surge uma importante personagem da esquerda revolucionária que aqui nos interessa. Nascida em Coruripe, interior do estado de Alagoas, filha de João e Zoraide Beltrão, por volta dos seus 16 anos – como nos relatou seu irmão, Thomáz Beltrão –, Gastone iniciou seus primeiros contatos com a militância no Rio de Janeiro, ainda como estudante secundarista. Ela já participava de movimentações organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no início da ditadura militar no Brasil. Sua ida ao Rio de Janeiro para concluir os estudos como secundarista se deu em função de conflitos e disputas agrárias em torno da família (Beltrão, 2015).

Ainda adolescente, Gastone começou a ter os primeiros contatos com a militância de resistência à ditadura, como nos relatou seu irmão em entrevista concedida para este texto:

Então, ela era muito ligada à minha avó, ela foi a que mais estudou no Rio de Janeiro, todos os meus irmãos passaram anos estudando no Rio e voltavam pra cá para Alagoas e ia outro, estudava. Minha avó, ela nunca desgarrou das crias dela, dos netos dela, era muito ligada aos netos. Então, o contato que a Gastone tomou com a militância, foi justamente no Rio de Janeiro. Ela conheceu, estudando naquele período da resistência, da ditadura militar. Eu lembro... Quando eu passava as minhas férias lá, eu lembro até da fisionomia, meio que a distância, já faz muito tempo, mas eu lembro de algumas fisionomias de amigos e amigas dela, que iam conversar com ela. Minha avó morava na Rua Prof. Estelita Lins, que deságua na Rua das Laranjeiras. Depois, passaram para a Rua das Laranjeiras, um pouco mais na frente, mas nunca saíram da Rua das Laranjeiras. Então, eu lembro assim, militantes da época, tinha o Iuri [foi assassinado], o Alex, que era irmão do Iuri [foi assassinado], e eram figuras que frequentavam lá, a casa dos meus avós (Beltrão, 2023, n.p.).

Em 1968, Gastone retorna do Rio de Janeiro para Alagoas, com o intuito de estudar Economia na Universidade Federal de Alagoas, com 18 anos de idade. Nesse período, sua militância esteve ligada à Juventude Estudantil Católica (JEC). Com essa breve explanação da trajetória de seus estudos, podemos con-



siderar que suas atividades sociais e a relação de amizade com militantes, além da sua convicção, foram fatores determinantes para seu ingresso na militância de oposição à ditadura brasileira.

Segundo Ribeiro (2014, p. 259),

A militância política dessas mulheres foi resultado de um processo em que vários fatores estiveram envolvidos, como tipo de educação familiar, pertencimento a partidos políticos, influência de familiares de esquerda, leituras realizadas, atividades culturais desenvolvidas, ideias cristãs, influência de professores e até mesmo de grupos de amigos. Não podemos desconsiderar também que os espaços abertos a elas nas universidades influenciaram seus sentimentos de independência, vontade de viver e até um espírito de aventura e experimentação que poderia tê-las levado à militância política.

Gastone vem de uma família conservadora que também tinha receio de sua relação com questões políticas em torno da ditadura, uma vez que zelava por sua integridade. Seu irmão, Thomáz Beltrão, em outra entrevista concedida para o *site* História de Alagoas, relatou sobre o contexto familiar conservador em que Gastone estava inserida e como ela era a menos propensa a se tornar uma militante histórica da luta armada:

A Gastone veio de duas famílias de matriz conservadora. Pelo lado da minha mãe, é a família Campelo de Carvalho. A família Campelo era dona da Fazenda Estiva, mas depois migraram [sic.] para o Rio de Janeiro. Pelo lado paterno, a família Beltrão, Castro e Azevedo. A Gastone teria a maior propensão de ser uma figura conservadora e não a militante histórica e progressista que ela foi. Essa migração da família Campelo de Carvalho para o Rio de Janeiro em função de contingências, de disputas agrárias, fez com que ela tivesse a oportunidade de estudar na casa dos meus avós (Beltrão, 2015, n.p.).

Desde muito jovem, Gastone apresentava suas convicções e seus sentimentos contra a ordem social que a cercava, a ordem que dita regras, exclui e oprime. Com a instalação do regime militar no Brasil, esses sentimentos revolucionários tomam maior dimensão. Sua ida ao Rio de Janeiro como secundarista a transforma, realinha e dá sentido aos sentimentos revolucionários a partir de contatos com militantes importantes da juventude revolucionária daquele período.



Seu intuito não era apenas fazer frente contra a engenharia social e cultural do ser mulher. Resumir a participação das mulheres na luta armada apenas à questão do gênero ignora o repertório social, político e cultural em que a opressão estatal suprime a liberdade em todos os âmbitos (Beltrão, 2023).

Segundo Iêda Oliveira (2013, p. 2-3), “A resistência feminina à ditadura militar vai muito além de uma disputa de gênero, pois se localiza em um repertório social, político e cultural no qual a repressão estatal suprime toda e qualquer liberdade. A sua luta não caminha na subjacência, não obstante, é sublevada em sua significação”.

O ideal de Gastone era vasto, dinâmico e militante; ela pensava em uma sociedade mais igualitária e no bem comum de todos. Seu irmão, ainda em entrevista concedida para este livro, apresenta-nos uma memória afetiva dessa personalidade de Gastone ao nos confidenciar lembranças de infância de modo sensível e comovente:

Era uma figura muito generosa. Toda criança tem suas brincadeiras de prender passarinhos. Eu e meu primo João, a gente pegava passarinho para prender. Quando ela chegava, ela não queria nem agredir o sentimento da criança, a brincadeira da criança, mas ela também não queria conviver com passarinhos presos... Deixa eu respirar... [Thomáz se emociona] Então, ela me pagava para soltar os passarinhos. Sempre foi uma figura que desde muito cedo tinha uma sensibilidade social muito grande e ela não aceitava conviver pacificamente com a desigualdade (Beltrão, 2023, n.p.).

Gastone foi uma militante íntegra, mas também discreta no seu âmbito familiar. Com isso, não podemos afirmar, aqui, que suas intenções e convicções militantes acabaram por prejudicar sua família. Mesmo sem o apoio direto de seus familiares na militância, ela conseguiu transitar entre seu papel afetivo familiar e suas tarefas militantes com astúcia e zelo. Sobre isso, conseguimos notar, no relato oral de seu irmão, o contexto da volta de Gastone para Alagoas, se instalando em Maceió oficialmente como militante e conseguindo estabelecer uma militância dupla e regional, além de manobrar as limitações de deslocamento devido à idade, com o forte conservadorismo da sociedade brasileira daquela época:



Então ela veio, eu lembro também dessa época, algumas figuras iam lá pra casa e conversavam e trocavam ideias, já quando ela fazia Economia na Ufal. Então, aí ela já era uma militante de fato. As minhas irmãs, que viveram a maturidade com ela, quando ela tinha que se deslocar para o Recife, para conversar com os parceiros lá em Recife, então tinha que levar as irmãs porque uma moça não saía naquela época de um estado para outro, com a facilidade que se sai hoje, o conservadorismo não permitia isso. Minhas irmãs iam, mas não tinham noção da militância dela, mas quando ela precisava ter uma conversa particular, que minhas irmãs não podiam saber, ela dizia: “Olha, vocês ficam aqui, que eu vou ali e retorno já”. Então, ela ia e provavelmente fazia os contatos políticos e então, depois, ela reencontrava as minhas irmãs. Então ela tinha essa mescla de militância regional. Alagoas, também Pernambuco (Beltrão, 2023, n.p.).

Quando o poder começou a ser determinado pela ponta do fuzil, muitos militantes de esquerda passaram a optar por uma atuação mais direta e incisiva (Ribeiro, 2014). É nesse contexto que, após um ano cursando a graduação em Economia na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), entre 1968-1969, Gastone decidiu retornar para o Rio de Janeiro, nas férias de julho de 1969, para ingressar na luta armada contra o regime militar brasileiro, como militante da ALN. Entretanto, para seus familiares, Gastone estaria retornando para o Rio de Janeiro apenas para casar-se com José Pereira e seguir viagem para Roma, na Itália, onde daria continuidade ao curso de Economia junto a ele:

Ela já volta para o Rio com a finalidade de casar para adquirir a maioria pra viajar para Cuba. Só que ninguém sabia que ela iria para Cuba, a família sabia que ela iria concluir os estudos na Itália. Todas as cartas que a gente recebia dela, ela mandando informações, era [supostamente] de Roma, mas ela estava em Cuba (Beltrão, 2023, n.p.).

Em carta escrita para a família, preso, em 13 de maio de 1972, José Pereira, que também era militante da ALN, relatou que sua aproximação com Gastone começou com uma singela amizade e companheirismo entre militantes. Um dos passatempos para os dois era o de escolher “aparelhos” – que, no dicionário militante da época, significava **apartamentos**. Já o casamento, além de ser fruto desse laço, também foi motivado para que Gastone recebesse emancipação e o passaporte para Cuba, dado que, no Brasil daquele ano, a maioria para as



mulheres se dava apenas a partir dos 21 anos de idade. O casamento se deu em um contexto de afeto e espontaneidade, mas, principalmente, para o fortalecimento da militância que ambos priorizavam:

Até quase casarmos éramos pura e simplesmente grandes amigos, assim que a “bichinha” – como agora gostava de chamá-la – chegava aqui no Rio imediatamente telefonava a seus amigos, entre eles estava eu, marcávamos um encontro e conversávamos horas e horas sobre tudo o que se havia passado na sua ausência, íamos aos cinemas, passeávamos, tomávamos nossos chopes. Não havia nada mais entre nós do que uma grande amizade. Nas suas férias de julho de [19]69 da mesma forma fizemos, e como eu precisava alugar um apto. para a organização, pedi que a “bichinha” me acompanhasse, pois além de ter toda confiança nela me embaraçava todo com este tipo de negócio. Saímos um domingo correndo os anúncios e chegamos a um edifício com umas garotas à janela, lá havia um apto. a alugar. Brincando como sempre estávamos, disse que alugaríamos aquele por causa das garotas tendo ela me respondido que se fosse minha namorada ou não deixaria ou viria junto. Pensei um pouco sobre o que ela disse, pois nessa época ela andava de problemas com a vovó que não gostava que ela chegasse tarde em casa, tinha também os meus problemas com os meus pais e pensava em viajar. Propus casamento à “bichinha”, dizendo que estava falando sério, ela aceitou a ideia. Pensamos que para os dois seria bom, pois resolveria os problemas com a família, ela poderia viajar junto comigo, poderíamos desenvolver melhor nossas ideias e lutar mais firmemente pelo nosso ideal que considerávamos correto (Pereira, 1972, n.p.).

Não foram os homens, nem o casamento que subverteram as mulheres e direcionaram suas convicções políticas, como consta em muitos materiais ou até mesmo em relatos de seus companheiros. Segundo Julia Insuela (2011, p. 4, grifos da autora),

A partir da análise do material catalogado, repara-se que a repressão constrói o sujeito político **mulher subversiva**. Contudo, ao primeiro olhar, elas aparecem não como mulheres desviantes, que romperam com os padrões tradicionais, mas como esposas, filhas e amantes de homens procurados. Tal fato corresponde à concepção de que as mulheres não são capazes de tomarem decisões políticas, que estariam na militância porque os homens as conduziram, as subverteram.

Embora entusiasmada, a convicção militante de Gastone existia desde a sua adolescência, antes de estabelecer laços afetivos com José Pereira. O casa-



mento foi seu passaporte. O entusiasmo representava o anseio em viver novas possibilidades e fornecer mais mobilidade à sua militância. Ressaltar isso é fundamental para não romantizarmos a militância das mulheres daquela época. O casamento, no contexto da repressão, era um ato político no amor e na luta para qualquer militante de esquerda que resistia contra o regime militar.

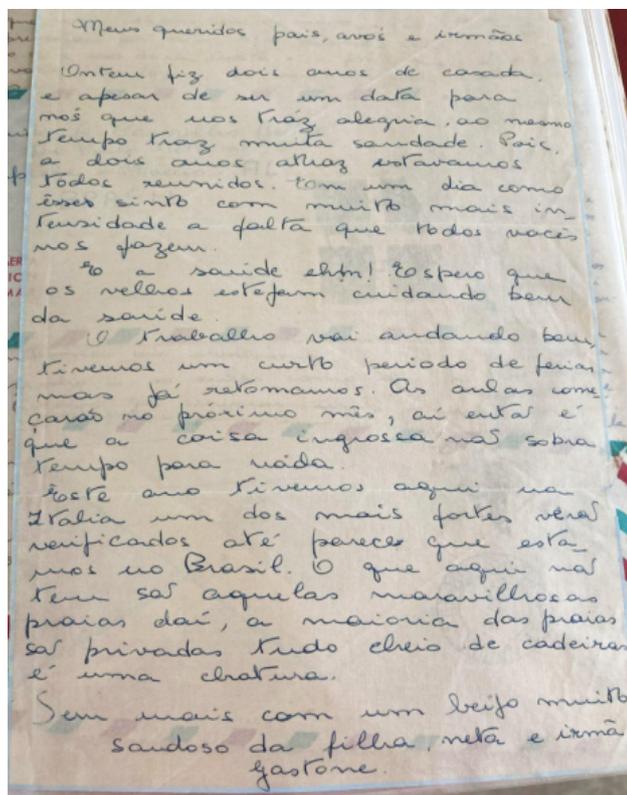
Em cartas saudosas e afetivas para seus familiares, Gastone sempre escrevia sobre Roma, objetivando confirmar que lá estaria, já que manter sigilo para a família garantia a segurança de seus parentes. Na carta escrita em 21 de agosto de 1969, ela relatou:

Como vocês já sabem não gosto de escrever [...] vai só este bilhete que é endereçado a todos apenas para tranquilizá-los. Roma é maravilhosa, hoje visitamos o Parthenon, a praça Venezia e fomos jantar em um restaurante típico. Gostei imensamente do povo italiano, são muito hospitaleiros, sempre prontos a dar informações e a servirem no que preciso for. Apesar de poucas horas passadas aqui, já conhecemos bastante pessoas e todas elas muito simpáticas e agradáveis. Estou morrendo de preguiça, sono e cansaço, pois já passa da meia noite (Beltrão, 1969).

Em cartas posteriores, Gastone sugere relatos sobre Roma, sempre pontuais, com humor descontraído e relatando saudades:

[...] Este ano tivemos aqui na Itália um dos mais fortes verão [sic.] verificados, até parece que estamos no Brasil. O que aqui não tem são aquelas maravilhosas praias daí, a maioria das praias são privadas, tudo cheia de cadeiras é uma chatura. Sem mais com um beijo muito saudoso da filha, neta e irmã Gastone (Beltrão, s.d., n.p.).



Figura 14 - Carta de Gastone Beltrão para a família

Fonte: Acervo familiar, s.d.

Entretanto, Gastone estava em Cuba. Ela foi integrante do 3º Exército da ALN, um grupo de militantes organizados por Carlos Marighella para realizar treinamento guerrilheiro no território cubano, uma vez que existia a concepção cubana de exportar a revolução para o continente americano. Sua passagem por Roma foi temporária, apenas por segurança. Gastone e José Pereira fizeram todos os trâmites necessários para chegar a Cuba seguros, embora ainda não fossem procurados pelo regime militar.

Em entrevista concedida à pesquisadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, disponibilizada pela Comissão Nacional da Verdade, José Pereira (2009, n.p.) apresentou detalhes sobre aquele contexto:

Nossa saída foi normal e legal, ainda não fazíamos parte dos procurados. Familiares no aeroporto, chegamos em Roma e fomos para um determinado hotel. Fizemos contato com um outro casal que havia saído do Brasil via Paris, contato com a embaixada cubana, voo para Tchecoslováquia, daí para Cuba, com passaporte cubano.

O casamento e a ida de Gastone para Cuba tiveram o apoio e a felicidade de Carlos Marighella, dirigente da ALN. Marighella já cogitava enviar Gastone para o treinamento de guerrilha em Cuba, entretanto, pensava na questão de sua pouca idade. Ainda na mesma entrevista, José Pereira (2009, n.p.) destacou que:

O Mariga achou a ideia ótima, pensava em mandar a menina de Alagoas a Cuba mas ela era menor (19 anos) e, se casássemos, ela ficaria emancipada, seria uma boa capa legal para nossa “viagem de lua-de-mel”. Com a aprovação do “Preto” começamos a namorar, um namoro gozado, onde os primeiros beijos foram seguidos de risos de ambas as partes. Começamos os preparativos de casamento, comunicamos às famílias, pedidos de documentos. Foi rápido, ela veio para as férias de julho de 69 e, em agosto casamos e viajamos para Cuba.

Figura 15 - Fotografia do casamento de Gastone Beltrão e José Pereira



Fonte: Acervo familiar.

Foi Carlos Marighella o responsável por inserir as mulheres no treinamento de guerrilha rural na Ilha, uma vez que, para os cubanos, as mulheres eram fatores de divisão das tropas. Segundo Ribeiro (2014, p. 267-268),

A atuação política como se vê foi num crescendo, tanto para homens como para mulheres. O aprimoramento de um quadro era sempre um elemento desejado. Em Cuba, por exemplo, durante as longas caminhadas do treinamento guerrilheiro, o ritmo da

tropa era determinado pelo último da fila. Foi pela interferência de Carlos Marighella junto aos cubanos, por exemplo, que as mulheres puderam participar do treinamento de guerrilha rural na ilha, já que os cubanos alegavam que as mulheres eram fatores de divisão na tropa.

Entre as organizações de luta armada, a ALN foi a que mais enviou militantes para o treinamento guerrilheiro em Cuba. Foram, ao todo, quatro exércitos de 1967 a 1971.

A ALN foi a organização que mais enviou militantes para o treinamento. Em setembro de 1967, foi formada a primeira turma, chamada de I Exército da ALN, que treinou 16 militantes até julho de 1968, e, em seguida, formaram-se o II Exército (30 militantes treinados entre julho de 1968 e meados de 1969), o III (33 militantes treinados entre maio e dezembro de 1970) e o IV (13 militantes treinados entre fins de 1970 e julho de 1971). Os Exércitos da ALN incorporavam também militantes de outras organizações (Rollemberg, 2001, p. 35).

São inegáveis a ousadia e a disposição militante de Gastone Lúcia, que chegou a fazer parte do treinamento de guerrilha rural de Cuba. Foi pela luta que Gastone e todas as mulheres da resistência se fizeram reconhecer, transpondo os papéis de gênero, principalmente as que se integraram na luta armada. “Podemos afirmar que foi pela luta que as mulheres se fizeram reconhecer, foram combatentes antes mesmo de muitas terem se libertado sexualmente” (Ribeiro, 2014, p. 268-269).

Ainda na mesma entrevista, José Pereira lembrou a participação de Gastone no treinamento guerrilheiro:

A Gastone era a mais baixinha de todas. Com seus 1,52 a 1,55m, fez todo o treinamento rural, todas as marchas, nos terrenos mais acidentados, e sempre correspondeu ao que se esperava de uma guerrilheira. Levava seu fuzil carregado, sua mochila pesada, botas encharcadas de suor ou de água, e lá íamos nós (Pereira, 2009, n.p.).

Aqueles que sempre resumiram a atuação das mulheres na luta armada apenas de maneira assistencialista desconhecem muitas trajetórias, assim como a de Gastone, que participou de igual para igual com seus companheiros



homens durante todo o treinamento da guerrilha rural e mesmo antes, como integrante da ALN.

A estrutura horizontal da Ação Libertadora Nacional (ALN) contribuiu para fortalecer o sentimento da mulher de ser protagonista da história e motor da mudança política. Estabelecendo a autonomia de ação como sua linha estratégica, a organização impulsionou a participação política da mulher quando a militância passou a ocupar todos os espaços de sua vida. Atuando em rede, estas mulheres realizaram uma variedade de atividades revolucionárias que não estavam a priori, definidas como funções femininas ou masculinas e nem expressavam divisões sexistas no interior do grupo (Ribeiro, 2014, p. 262- 263).

Os papéis das mulheres na luta armada foram diversos e, no que tange à ALN, utilizaram todos os seus conhecimentos, espaços de vida, talento e competência, sem titubear, fazendo parte do motor da mudança política.

Fizemos parte do que chamávamos de III Exército da ALN. Fizemos todos os cursos juntos. Guerrilha urbana, guerrilha rural, explosivos, espoletas, tiros com diversos tipos de armas (revólver, pistolas, submetralhadoras, metralhadoras, bazucas, morteiros). [...] Todos eram muito dedicados e as mulheres que faziam parte iam de igual para igual em todos os treinamentos (Pereira, 2009, n.p.).

Antes de ingressar no 3º Exército da Ação Libertadora Nacional, Gastone já apresentava sua disposição para muitas atividades em torno da ALN. Quando devidamente averiguadas as fontes, não deixamos de notar. Um dos integrantes da ALN, Aton Fon Filho, junto com Domingos Fernandes, prestou depoimento na Procuradoria-Geral de Justiça, em março de 1970. Em meio ao depoimento, Aton relatou ter participado de ações da ALN em São Paulo: furto de metralhadora de policiais militares e carros; ação de luta dos militantes ao Banco da Bahia, em São Cristóvão, onde conseguiram levar 15 mil cruzeiros; ação de luta no Banco da Bahia, no Méier, estas últimas no Rio de Janeiro.

Algumas ações representavam estratégias de luta e resistência para a derubada do regime militar e, nesse depoimento, Aton Fon relatou a participação de outros militantes da ALN, incluindo Gastone Lúcia e outras mulheres, como Zilda Paula, Linda Tayah e Maria Aparecida (Brasil, 1970).



Ocupando muitas vezes as manchetes de jornais com suas ações inéditas ao longo da sua existência, a ALN deixou na história da luta armada grandes trajetórias de mulheres militantes que subverteram a ordem social e cultural imposta, na vanguarda da luta contra o regime militar brasileiro, e se tornaram armas contra o conservadorismo e as opressões. Entre elas, esteve Gastone Lúcia Beltrão, que viveu pouco, até seus 22 anos, mas que sacrificou sua juventude por um bem que considerava maior do que sua própria vida.

A participação da mulher no movimento revolucionário desde o primeiro momento constitui, assim, uma garantia de êxito futuro e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. Na luta revolucionária, não há homem que queira retroceder quando na vanguarda encontra a mulher combatendo (Centro de Documentação e Memória, s.d., n.p.).

Já em Cuba, Gastone estava sendo procurada pelos algozes da ditadura. Pelas ruas, seu rosto estava estampado, com o título “Procura-se”. Em entrevista para o jornal *O Diário*, em agosto de 1995, sua irmã Moacyra Beltrão relatou que a família passou a suspeitar de que Gastone estaria em Cuba, em treinamento, apenas através de rumores e que via seu rosto estampado em vários estabelecimentos: “Durante muito tempo, vi fotografias de minha irmã e de vários outros companheiros dela, expostas em todas as casas de espetáculos, cinemas e locais públicos da cidade, com o título: ‘Procura-se’” (Lins, 1995, n.p.).

A convicção da família sempre foi de que Gastone nada tinha relação com a narrativa do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e que os verdadeiros criminosos eram justamente aqueles que criaram o regime de exceção.

Gastone retornou para o Brasil no Natal de 1971. Em 22 de janeiro de 1972, deveria encontrar José Pereira em um ponto com outros militantes, mas desapareceu na mesma data. Para seus companheiros, Gastone teria sido presa pelos agentes do Dops. A placa do seu carro estava na mira dos militares e, em 22 de janeiro de 1972, ela foi perseguida e assassinada pelos agentes policiais da ditadura.

No dia seguinte, dia 22/01/1972, fomos cobrir um ponto com o Lana, ele tinha alguns pontos de segurança (alternativos), com alguns companheiros. Sendo isso uma atividade de maior risco, não havia necessidade de arriscarmos mais companheiros do que o necessário, então a Gastone desceu na Rua Lins de Vas-



concelos e ia nos encontrar duas horas mais tarde [...] Fui para a casa de meus pais, cheguei de madrugada, pulei o muro e saí antes de amanhecer o dia para o sítio de um primo, isso foi no dia 14/04/1972. Fiquei neste sítio tentando conseguir notícias de Gastone. Me entreguei no dia 08/05/1972, dizendo que para a mim a guerra tinha acabado e que a única coisa que queria era saber de Gastone. [...] uns 15 a 30 dias de preso recebi das mãos de meu pai onde trazia – “Cemitério de Perus – Sepultura... Quadra...”. Passei meus 3 meses de isolamento chorando, tentando conversar com a Gastone e amaldiçoando a burrada que havia feito. Não tinha como retroceder (Pereira, 2009, n.p.).

Nas fichas do Dops, Gastone teria falecido devido a uma troca de tiros com agentes do próprio departamento. Com a ajuda da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), foi possível combater a versão do Dops e verificar que Gastone foi ferida em um local, torturada e executada em outro.

Consideração finais

A ALN foi uma organização revolucionária que contou com muitas mulheres nas ações de guerrilha, às quais, ao se engajarem na luta armada, contribuíram para a resistência e foram importantes na oposição à ditadura. Analisar a trajetória de Gastone é de suma importância para contribuirmos para a problematização das memórias sobre aqueles e aquelas que lutaram e foram consideradas vanguardas na luta contra a ditadura empresarial-militar. Um exemplo forte de luta e combate que nem o regime de exceção foi capaz de desmobilizar.

Jovem, disposta e cheia de convicções, Gastone representa as inúmeras mulheres que se encontram, até hoje, na luta contra a desigualdade de classes. É um símbolo de combate e resistência alagoana. Como disse seu ex-companheiro José Pereira: “Gastone é dessas pessoas que podem morrer fisicamente, mas jamais morrerá seu pensamento”.

Referências

BELTRÃO, Gastone. [Correspondência]. Destinatários: João Beltrão e Zoraide Beltrão. Roma, 15 ago. 1969. Arquivo pessoal da família.



BELTRÃO, Gastone. [Correspondência]. Destinatários: João Beltrão e Zoraide Beltrão. Roma, s.d. Arquivo pessoal da família.

BELTRÃO, Gastone. Carta. 15 ago. 1969. Acervo da família.

BELTRÃO, Gastone. Carta. s.d. Acervo da família. Transcrição da grafia original.

BELTRÃO, Thomáz. **Gastone Beltrão, uma revolucionária alagoana**. Maceió, 06 mai. 2015. Entrevista concedida a Gabriel Passos. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8jubks>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BELTRÃO, Thomáz. Maceió, 21 dez. 2023. Entrevista concedida a Paula Santos da Silva.

BRASIL. Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Superior Tribunal de Justiça. **Depoimento de Aton Fon Filho, transcrito pela Auditoria da Justiça Militar durante a ditadura**. Rio de Janeiro, 12 mar. 1970. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr348x65>. Acesso em: 13 jan. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDEM-UNESP). **O Guerrilheiro nº 1**. São Paulo, s.d.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 16-18 set. 2004. p. 2.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. São Paulo: Alameda, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

INSUELA, Julia Biachi Reis. **Visões das mulheres militantes da luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil, 1968-1971)**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LINS, Claudia. Resgatando o passado. **O Diário**, Maceió, 29 ago. 1995.



OLIVEIRA, I. L. R. Ela também lutou: o papel da mulher na luta armada contra o regime militar no Brasil (1970-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional de História, 22-26 jul. 2013.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Breve histórico do PCB**. 18 jul. 2010. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PEREIRA, José. [Correspondência]. Destinatária: Zoraide Beltrão. [S.l.], 13 mai. 1972. Arquivo pessoal da família.

PEREIRA, José. [S.l.], 10 out. 2009. Entrevista concedida a Maria Cláudia Badan Ribeiro. **Arquivo Nacional**. Fundo: Comissão Nacional da Verdade – BR RJANRIO CNV. 10 out. 2009.

RIBEIRO, M. C. B. **Arquivo Nacional**. Fundo: Comissão Nacional da Verdade – BR RJANRIO CNV. 10 out. 2009. Disponível em: <https://tinyurl.com/rxzhmys4>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RIBEIRO, M. C. B. Mulheres e revolução: as militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). **Historiæ**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 259-272, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

